

ÚRSULA: DESCOLONIZANDO MEMÓRIASSOLANGE SANTANA
GUIMARÃES MORAIS¹**ÚRSULA: DECOLONIZING MEMORIES**ANA CLEIA
SILVA PEREIRA²JOSILENE DOS
SANTOS SOUSA³

Resumo: O presente trabalho analisa a obra *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, sob uma perspectiva decolonial, investigando como a narrativa dos personagens escravizados atua como um mecanismo de descolonização da nossa própria memória coletiva. Embora o romance apresente como trama central a trágica história de amor de dois jovens, o foco da narrativa é a trajetória de personagens historicamente invisibilizados. A partir de uma perspectiva do lugar de fala, a escritora expõe a exploração e a subjugação de sujeitos negros arrancados de suas terras pela violência colonizadora, devolvendo-lhes a autoridade narrativa sobre suas próprias vivências. Alicerçada nessas informações, esta investigação parte de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, pautada nas ideias de autores como Halbwachs (2013), Candau (2011), Mignolo (2005) e outros. Os resultados mostram que os relatos dos personagens da obra *Úrsula* não são meros recursos literários, mas depoimentos que configuram uma contra-história, desafiando a lógica colonial que, até hoje, tende a silenciar o protagonismo negro no Brasil. Portanto, ao restituir a voz aos escravizados, Maria Firmina preserva memórias individuais e desafia o leitor a questionar sua própria herança histórica.

Palavras-chave: memória; decolonialidade; literatura.

Abstract: This paper analyzes Maria Firmina dos Reis's novel *Úrsula* from a decolonial perspective, investigating how the narrative of enslaved characters acts as a mechanism for decolonizing our own collective memory. Although the novel's central plot revolves around the tragic love story of two young people, the narrative focuses on the trajectory of historically invisibilized characters. From a perspective of place of speech, the writer exposes the exploitation and subjugation of Black subjects torn from their lands by colonial violence, restoring to them the narrative authority over their own experiences. Based on this information, this investigation is based on qualitative bibliographic research, guided by the ideas of authors such as Halbwachs (2013), Candau (2011), Mignolo (2005), and others. The results show that the accounts of the characters in the work *Úrsula* are not mere literary devices, but testimonies that constitute a counter-history, challenging the colonial logic that, even today, tends to silence Black protagonism in Brazil. Therefore, by restoring the voice to the enslaved, Maria Firmina preserves individual memories and challenges the reader to question their own historical heritage.

Keywords: memory; decoloniality; literature.

COMO CITAR: MORAIS, Solange Santana Guimarães; PEREIRA, Ana Cleia Silva; SOUSA, Josilene dos Santos. *Úrsula: descolonizando memórias*. **Boitatá**, Londrina, v. 20, n. 40, p. 1-11, jul./dez. 2025. ISSN 1980-4504. DOI: 10.5433/boitata.2025v20.e52301

1 Doutora em Ciência da Literatura – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: sogemorais@gmail.com; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1902-4630>.

2 Doutoranda em Teoria Literária – Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), mestra em Teoria Literária (UEMA). E-mail: cleiasp-ana1@hotmail.com; Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-6418-0032>.

3 Mestra em Teoria Literária – Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: josilenesousa@gmail.com; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9701-6775>.

INTRODUÇÃO

O processo de colonização provocou profundas transformações na história de muitos países. No Brasil, o sistema colonial se deu a partir da dominação, da exploração e escravização de africanos e indígenas. Os povos africanos foram arrancados de suas terras e trazidos de forma involuntária, para o país, para realizar os trabalhos nas lavouras, minerações e serviços domésticos. Além de terem uma rotina laborativa árdua, suas vidas eram permeadas por violências.

A obra *Úrsula* (1859¹), de Maria Firmina dos Reis, discute as consequências da colonialidade para a população negra no Brasil. A narrativa mostra outro panorama da escravidão, já que, durante muitos anos, a questão negra foi discutida a partir de um olhar distante, de pessoas que de fato não conviveram e não convivem com as consequências desse sistema opressor. Nessa direção, a autora dá voz a personagens negros, resgatando suas memórias e mostrando a crueldade do sistema colonial. Assim, a narrativa deixa de ser um romance clichê e adquire um novo contorno, ao representar a história de negros e negras que tiveram suas vidas marcadas pela escravização e por inúmeras violações de direitos.

Nessa direção, o presente trabalho, tem como objetivo analisar como a narrativa dos personagens escravizados em *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, atua como um mecanismo de descolonização da nossa própria memória coletiva. Dessa forma, a pesquisa é constituída a partir de uma investigação bibliográfica de caráter analítico centrado nas obras de Halbwachs (2013), Candau (2011) Mignolo (2005) e outros.

Úrsula: discussões sobre colonialidade e memória

Úrsula (1859) é uma obra da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis, considerada o primeiro romance de autoria feminina da literatura brasileira. A escritora nasceu em São Luís, em 11 de outubro de 1825 e faleceu em 1917 na Vila de Guimarães, onde se estabeleceu como docente e escritora.

Filha da escrava alforriada Leonor Felippa dos Reis, Maria Firmina foi a fundadora da primeira escola mista e gratuita do Maranhão, uma das primeiras do país. Colaborou significativamente com vários jornais literários, e segundo Algemira de Macêdo Mendes (2016, p. 25), em seu livro *A escrita: de Maria Firmina dos Reis na literatura afrodescendente brasileira: Revisitando o cânone*, a escritora fez publicações em: “*A Verdadeira Marmota, Semanário Maranhense* (1867), *O Domingo* (1872), *O País* (1885), *Pacotilha* (1900), *O Federalista* (1903)” e outros, publicando poesia, ficção, crônicas e até enigmas e charadas. Ao longo dos seus noventa e dois anos dedicou sua vida à leitura, à escrita, à pesquisa e ao ensino. Atuou como folclorista, recolhendo e se dedicando à preservação de textos da cultura e da literatura oral.

Em 1859, Maria Firmina publica *Úrsula*, que passa a circular apenas no ano seguinte, um livro revolucionário, pois traz uma visão realista da escravidão, sendo contada por personagens propriamente negros, que rememoram a diáspora e as condições desumanas da população escravizada.

A narrativa aborda o outro lado do regime colonial, denunciando as mazelas que cercam a diáspora e a vida da população escravizada no Brasil do século XIX. A descolonização da memória negra em *Úrsula* (Reis, 1859) ocorre por meio da desconstrução da narrativa colonial,

1 Foi trabalhado com a primeira edição, republicação pela editora Penguin Classics Companhia das Letras no ano de 2018.

que suprimiu a memória dos povos africanos escravizados dos registros oficiais. Pois, conforme Munanga (2015, p. 31) “a história da África foi negada na historiografia colonial”, sendo essa estratégia uma forma de impor os valores do colonizador sobre os povos colonizados.

Munanga (2015, p. 31) assevera, também, que “a história do negro no Brasil, passou pela mesma estratégia de falsificação e de negação e quando foi contada foi do ponto de vista do outro e de seus interesses”. Assim, para além da descolonização enquanto processo histórico de ruptura, a obra exerce uma decolonialidade do saber e do ser. A decolonialidade surge como uma proposta para enfrentar os resquícios da colonialidade no pensamento moderno, sendo definida por Aníbal Quijano (2000, p. 342) como:

[...] um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do dito padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivas, da existência social cotidiana e da escala social.

Desse modo, é importante destacar que a colonialidade indica um padrão de continuidade do pensamento colonial e, segundo Ballestrin (2013), essa matriz se expressa essencialmente em relações dominantes de poder, saber e ser. A colonialidade do poder se vincula à ideia de submissão e dominação, a exemplo do racismo; A colonialidade do saber se manifesta pela negação ou invisibilidade do conhecimento produzido pelos países marginalizados; E a colonialidade do ser refere-se à inferioridade atribuída aos povos subalternizados, a exemplo dos negros, índios, mulheres, entre outros.

Ao falar da colonialidade, na era contemporânea, o semiólogo argentino Walter Mignolo destaca que:

[...] o imaginário do mundo moderno/colonial surgiu da complexa articulação de forças, de vozes escutadas ou apagadas, de memórias compactas ou fraturadas, de histórias contadas de um só lado, que suprimiram outras memórias, e de histórias que se contaram e se contam levando-se em conta a duplicidade de consciência que a consciência colonial gera (Mignolo, 2005, p. 37).

Diante disso, a decolonialidade, em *Úrsula* (1859), surge por meio do levante de voz, e da visibilidade dada aos povos historicamente oprimidos, como é o caso dos personagens negros. A obra busca recuperar a humanidade dessa população, que foi suprimida pela colonização, e isso ocorre por meio do resgate memorialístico, pois, como aponta Candau (2011, p. 16), “a memória é a faculdade primeira que alimenta a identidade”, consoante a isso entendemos que a busca pela identidade negra, na narrativa, vem ancorada na rememoração das personagens. Logo, identidade, memória e colonialidade são vistas sobre um olhar interno, não mais referente ao estigma da diferença, que cerca as vivências de negros e negras. Diante disto, o filósofo e historiador camaronês Achille Mbembe postula que:

[...] para aqueles que sofreram a dominação colonial ou para aqueles cuja parcela de humanidade foi roubada num determinado momento da história, a recuperação dessa parcela de humanidade muitas vezes passa pela proclamação da diferença. Mas, como se vê em parte da crítica negra moderna, a proclamação da diferença é somente um momento num projeto mais amplo - o projeto de um mundo por vir, de um mundo à nossa frente, cuja destinação é universal, um mundo livre do fardo da raça e livre do ressentimento e do desejo de vingança que toda e qualquer situação de racismo suscita. (Mbembe, 2018, p. 315).

Dessa maneira, Mbembe (2018) deixa claro que a recuperação da humanidade negra, que, de certa forma, engloba a identidade e memória, passa pelo reconhecimento da diferença, tendo em vista que historicamente o negro foi objetificado, explorado e discriminado. Além disso, o autor destaca que esse reconhecimento é apenas uma etapa de um projeto que visa a construção de um mundo realmente livre e igualitário.

Sendo assim, podemos verificar a importância da obra ao mostrar uma nova ótica para a colonização e para escravização de pessoas. Com isso, o romance reafirma o pensamento de Mbembe (2018), uma vez que os personagens buscam, através das suas memórias, recuperar sua humanidade, suprimida durante anos, diante da colonização e do estigma do preconceito. Sobre essa perspectiva, o sociólogo francês Maurice Halbwachs (2013, p. 72) afirma que “para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras”. Em vista disso, para legitimar as recordações do passado da população afrodescendente, Reis (2018) recorre à memória dos mais velhos, representados na obra pelas personagens Suzana e Antero.

A representação do passado ocorre por meio da técnica de encaixe de narrativas, que permite aos personagens, secundários, explanar as suas experiências e principalmente usar seus discursos para combater os apagamentos sofridos, já que ao serem escravizadas tiveram suas memórias suprimidas. Isto posto, Franco Cardini, ao sintetizar o pensamento de Halbwachs acerca da memória coletiva, argumenta que:

[...] a grande protagonista da história é a memória coletiva, que tece e retece, continuamente, aquilo que o tempo cancela e que, com a sua incansável obra de mistificação, redefinição e reinvenção, refunda e requalifica continuamente um passado que, de outra forma, correria o risco de morrer definitivamente ou de permanecer irremediavelmente desconhecido (Cardini, 1993, p. 12).

Portanto, a revisitação do passado, feita pelos personagens em *Úrsula* (1859), é fundamental para propagação e preservação da memória coletiva da população negra, pois, como afirma o próprio Halbwachs (2013, p.82), a memória coletiva “é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém”.

Um olhar decolonial

Com o pseudônimo “Uma Maranhense” a autora escreve uma narrativa em que Úrsula e Tancredo vivenciam um romance atravessado pela obsessão do Comendador Fernando P., um homem cruel, que personifica a violência do sistema colonial, uma vez que tenta impor-se sobre Úrsula através da força e da coerção. A história de amor trágica se entrelaça ao drama das vivências negras oitocentistas, expostas através da rememoração dos personagens e da descrição das mazelas que acometiam a população escravizada.

A primeira parte da narrativa apresenta o jovem escravizado Túlio que era descrito como alguém inconformado com sua situação de escravizado, “Era infeliz; mas era virtuoso; e por isso seu coração enterneceu-se em presença da dolorosa cena, que se lhe ofereceu à vista” (Reis, 2018, p. 55). Nesse fragmento evidenciamos o sofrimento do personagem diante da sua condição social e ao mesmo tempo a escritora mostra, que mesmo em face de todo aquele sofrimento, o homem escravizado não perdeu sua essência, sua bondade e sua disposição para praticar o bem.

Na nona parte, a narrativa rememora o problema do tráfico negreiro e do regime colonial como um todo, a partir do ponto de vista do sujeito escravizado. Nesse momento é posto em cena o discurso de Suzana, uma mulher preta que foi escravizada e forçada a deixar sua terra natal.

Sim, para que estas lágrimas?!... Dizes bem! Elas são inúteis, meu Deus; mas é um tributo de saudade, que não posso deixar de render a tudo quanto me foi caro! Liberdade! Liberdade... ah! Eu a gozei na minha mocidade! – continuou Susana com amargura – Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor, eu corria as descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias (Reis, 2018, p. 121).

Nesse trecho, Suzana evoca sua mocidade na África, onde gozava da liberdade. A recuperação dessas vivências não é apenas um exercício nostálgico, mas um movimento de reconstrução de imagens de uma realidade passada, que permanece viva em sua memória. A personagem descreve a dor da saudade e suas amarguras que até então eram silenciadas.

Na sua fala, Suzana mostra a dor da separação, pois, ao ser capturada, perdeu o contato com sua família e foi obrigada a deixar o marido, a filha e todos os seus entes queridos. Esse sofrimento é enfatizado no seguinte desabafo da personagem: “E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, e essa filha tão extremamente amada, ah Túlio! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! Tudo, tudo até a própria liberdade!” (Reis, 1960, p. 69–70). Nesse excerto podemos identificar uma crítica à crueldade humana e ao comércio de pessoas, que separavam famílias e destruía a vida de todos.

Ao adentrarmos na temática separação das famílias, somos confrontados com o peso de uma herança traumática que foi transmitida de geração em geração. Nessa perspectiva a personagem recorda as brutalidades da escravidão, da separação, das injustiças infligidas aos negros, que são articuladas com tanta profundidade que podemos perceber o sofrimento acumulado ao longo do tempo.

Essas memórias históricas e dolorosas não ecoam apenas na psique dos personagens, mas também se delineiam como complexidades da identidade negra contemporânea, ressoando nas lutas por igualdade e justiça social. Sálua Francinele Ribeiro (2022) em sua tese de doutorado, “Por uma literatura afro-brasileira: Memória, subjetividade, afetividade e maternidade na obra de Maria Firmina dos Reis”, discorre sobre a maternidade e Afrodescendência em *Úrsula* e *A Escrava*, de Maria Firmina dos Reis, a autora fala, principalmente, da separação materna, que é uma das memórias mais traumáticas da personagem Suzana.

Na literatura nacional do século XIX. O tráfico transatlântico separou muitas famílias negras antes da vinda para o cá. E, mesmo após a sua proibição legal em 1850, o tráfico interprovincial continuou mantendo esse costume. Não é à toa que a separação entre mãe escravizada e seus filhos está muito presente na produção literária de Maria Firmina dos Reis (Ribeiro, 2022, p. 90–91).

Neste sentido, Maria Firmina dos Reis fornece a Suzana o direito a construir sua própria narrativa, quanto a sua escravização e seu traslado para o Brasil, e sobre sua condição de mulher e mãe que foi separada de sua família e filha. No trecho abaixo a personagem rememora o momento em que foi pega em cativeiro:

Tinha chegado o tempo da colheita, e o milho e o inhame e o amendoim eram em abundância nas nossas roças. Era um destes dias em que a natureza parece entregar-se toda a brandos folgaes, era uma manhã risonha, e bela, como o rosto de um infante, entretanto eu tinha um peso enorme no coração. Sim, eu estava triste, e não sabia a que atribuir minha tristeza. Era a primeira vez que me afligia tão incompreensível pesar. Minha filha sorria-se para mim, era ela gentilzinha, e em sua inocência semelhava um anjo. Desgraçada de mim! Deixei-a nos braços de minha mãe, e fui-me à roça colher milho. Ah! Nunca mais devia eu vê-la...

Ainda não tinha vencido cem braças do caminho, quando um assobio, que repercutiu nas matas, me veio orientar acerca do perigo iminente, que aí me aguardava. E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira — era uma escrava! Foi em balde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se das minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão. Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível... a sorte me reservava ainda longos combates. Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava — pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade! Meu Deus! O que se passou no fundo da minha alma, só vós o pudestes avaliar! (Reis, 2018, p.122).

Nesse fragmento, Suzana conta com precisão de detalhes o momento em que foi capturada pelos sequestradores e o desespero de ser arrancada do seio de sua família, pela perda da liberdade e por deixar sua terra natal. Em seu discurso, Suzana se empenha em denunciar não só tráfico negreiro, mas os maus tratos e as condições precárias e desumanas que os negros eram submetidos dentro dos porões dos navios.

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos às praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos! (Reis, 2018, p. 122).

Nessa parte, a narrativa aborda como ocorria o tráfico negreiro, acerca da ótica do lugar de fala, que segundo Collins (2019), constitui um exercício do direito de falar de nós mesmos. Diante da prática de silenciamento histórico dos escravizados, essa perspectiva representa, portanto, um importante giro epistemológico. No fragmento citado acima, ao relatar a experiência de ser lançada em um navio onde mais trezentos companheiros são tratados como mercadoria humana e acorrentados como animais ferozes, a personagem, a personagem Suzana vivencia o horror do cativo. Contudo, a obra não se limita ao relato da crueldade a que eram expostos esses sujeitos, ela prioriza a dimensão subjetiva desse trauma. Como aponta Martins (1988 *apud* Muzart, 2018), a luta psicológica da personagem por sua própria identidade é o elemento central, superando em profundidade as simples descrições físicas do cenário da travessia. Essa subjetividade se torna ainda mais evidente quando Suzana revela que, além da privação, os cativos enfrentavam um cenário de horror extremo, que muitas vezes culminava na morte:

Muitos não deixavam chegar esse último extremo — davam-se à morte.

Nos dois últimos dias não houve mais alimento. Os mais insofridos entraram a vozear. Grande Deus! Da escotilha lançaram sobre nós água e breu fervendo, que nos escaldou e veio dar a morte aos cabeças do motim.

A dor da perda da pátria, dos entes caros, da liberdade foi sufocada nessa viagem pelo horror constante de tamanhas atrocidades.

Não sei ainda como resisti — é que Deus quis poupar-me para provar a paciência de sua serva com novos tormentos que aqui me aguardavam! (Reis, 2018, p.122-123).

Portanto, a trajetória da Personagem Suzana, desde a vida livre em sua terra natal, até a vivência do trauma marítimo, personifica o próprio processo da diáspora negra. Nessa passagem, notamos que muitos africanos acabavam morrendo no trajeto e que a religiosidade servia de alento para aquelas pessoas que tiveram suas vidas destruídas pela ganância humana. Suzana chega inclusive a pedir a intervenção divina para acabar com o sofrimento que acometia seu povo. Sob esse aspecto, o livro *Questão Ancestral África negra* de Fábio Leite (2008) fala da crença e morte dos povos africanos, na qual a morte é como um encontro com seus ancestrais e um refúgio de paz. Para o autor:

A própria morte permite a transfiguração vital do homem natural-social (o pré- ancestral) no ancestral elaborado e configurado pela sociedade, com a qual manterá relações privilegiadas. Nesse sentido, as cerimônias funerárias - além da profunda revelação do humanismo negro-africano por elas expressado - podem ser consideradas como o derradeiro elemento vital constitutivo do homem, o qual é, através delas, novamente transfigurado, justamente em sua dimensão mais histórica, como o fora ao longo dos processos iniciáticos, porém desta feita em relação ao fim da existência terrestre. Não obstante a concretude da morte, a sociedade propõe, através do ancestral, a manifestação mais abrangente da vida (Leite, 2008, p. 117).

Isto posto, a narrativa nos traz o olhar sobre a temática da morte, quando a personagem Suzana faz menção ao desejo de morrer, “Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível [...]” (Reis, 2018, p. 122). É pertinente ressaltar que, nesse período, as pessoas morriam não só do descaso físico e dos maus tratos, mas também de Banzo, um sofrimento profundo, motivado pela perda da liberdade e dos vínculos familiares.

Contudo, o tráfico negreiro, foi uma prática que atravessou séculos, forçando negros e negras a terem seus corpos escravizados e a trabalharem em condições extremas. Durante o período colonial, a mão de obra negra foi utilizada em diversas atividades, no caso das mulheres a atividade predominante eram os serviços domésticos, inclusive Suzana chega a relatar sua experiência.

O comendador P. foi o senhor que me escolheu. Coração de tigre é o seu! Gelei de horror ao aspecto de meus irmãos... os tratos por que passaram doeram-me até o fundo do coração! O comendador P. derramava sem se horrorizar o sangue dos desgraçados negros por uma leve negligência, por uma obrigação mais tibiamente cumprida, por falta de inteligência! E eu sofri com resignação todos os tratos que se dava a meus irmãos, e tão rigorosos como os que eles sentiam. E eu também os sofri, como eles, e muitas vezes com a mais cruel injustiça (Reis, 2018, p. 123).

Nesse excerto, Suzana chama atenção para os abusos sofridos pelos povos escravizados, que tinham uma vida dura, marcada pela violência dos seus senhores e por longas jornadas de trabalho. A personagem destaca, também, sua resignação frente a situação de seus irmãos e a forma desumana que eram tratados.

Nesse período, grande parte das mulheres negras se dedicavam aos trabalhos domésticos. Como podemos verificar no artigo, *Cotidiano e resistência de mulheres escravizadas no Maranhão oitocentista*, de Elizabeth Sousa Abrantes e Francinete Poncadilha Pereira (2016), que faz parte do livro *O Maranhão e a Escravidão Moderna*, no qual as autoras falam sobre a situação das mulheres escravizadas, segundo elas: “As cativas realizavam inúmeras

atividades como lavadeiras, cozinheiras entre outros serviços, a comercialização como ama de leite era a atividade mais dolorida, pois geralmente ocasionava a separação das cativas dos seus filhos” (Abrantes; Pereira, 2016, p. 18).

Suzana denuncia, também, as práticas de violência contra os escravizados, os castigos, as punições e as torturas a que eles eram submetidos.

[...] seu marido era um homem mau, e eu suportei em silêncio o peso do seu rigor. E ela chorava, porque doía-lhe na alma a dureza de seu esposo para com os míseros escravos, mas ele via-os expirar debaixo dos açoites os mais cruéis, das torturas do anjinho, do cepo e outros instrumentos de sua malvadeza, ou então nas prisões onde os sepultavam vivos, onde, carregados de ferros, como malévolos assassinos, acabavam a existência, amaldiçoando a escravidão; e quantas vezes aos mesmos céus! (Reis, 2018, p. 123).

Além de serem obrigados a trabalhar em situações degradantes, os escravizados eram castigados fisicamente quando não cumpriam as ordens que lhes eram dadas. Em virtude dessa exploração e dos castigos excessivos, muitos morriam e outros se rebelavam, buscando romper o ciclo de abusos.

A obra cita o personagem Antero, um escravizado de idade mais avançada, que escapava da sua realidade traumática por meio da bebida, conforme ilustra o fragmento: “bebia freneticamente, esquecendo destarte o bárbaro rigor de Fernando P.” (Reis, 2018, p. 188). Essa busca pelo entorpecimento revela um modo de Antero suportar os maus tratos e a vida difícil. Esse recurso revela uma tática de sobrevivência que dialoga com o pensamento de Pereira (2001, p. 180), que afirma que: “dependendo das circunstâncias em que se podia se encontrar, tomou atitudes que negam a sua coisificação pretendida e, por isso, aquela parte pôde configurar espaços de barganha demarcando territórios próprios”. Portanto, muitos escravizados buscavam uma forma de autonomia e liberdade por meio da embriaguez, da fuga e até mesmo do suicídio.

Essa resistência individual, de muitos escravizados, se integra a uma dimensão coletiva de preservação da identidade. De acordo com Leda Maria Martins (1997), a memória dos povos negros se inscreve em uma narratológica migratória, em que sua experiência sobre o sagrado se caracteriza pela sua resistência cultural. Ao analisar o modo como escravizado se insere na cultura do colonizador, a autora postula que:

Os africanos transplantados à força para as Américas, através da Diáspora negra, tiveram seu corpo e seu corpus desterritorializados. Arrancados de seu domus familiar, esse corpo, individual e coletivo, viu-se ocupado pelos emblemas e códigos do europeu, que dele se apossou como senhor, nele grafando seus códigos linguísticos, filosóficos, religiosos, culturais, sua visão de mundo. Assujeitados pelo perverso e violento sistema escravocrata, tornados estrangeiros, coisificados, os africanos que sobreviveram às desumanas condições da travessia marítima transcontinental foram destituídos de sua humanidade, desvestidos de seus sistemas simbólicos, menosprezados pelos ocidentais e reinvestidos por um olhar alheio, o do europeu. Esse olhar, amparado numa visão etnocêntrica e eurocêntrica, desconsiderou a história, as civilizações e culturas africanas, predominantemente agrafas, menosprezou sua rica textualidade oral; quis invalidar seus panteões, cosmologias, teogonias; impôs, como verdade absoluta, novos operadores simbólicos, um modus alheio e totalizante de pensar, interpretar, organizar-se, uma nova visão de mundo, enfim (Martins, 1997, p. 24-25).

Dessa forma, o esquema do colonizador impôs ao negro, através da violência, a adaptação à condição de inferioridade, apagando sua história e sua memória, que, contudo,

passaram a ser ressignificada no discurso de Suzana e vêm ganhando um espaço cada vez maior nas produções contemporâneas.

Suzana finaliza seu discurso dizendo: “ só a morte poderá apagar! – Meu marido, minha filha, minha terra [...]. Minha liberdade [...]” (Reis, 2018, p. 121). Nessa passagem, a obra deixa transparecer as marcas da colonialidade na população negra, que teve suas dores silenciadas, por anos, e suas vidas destruídas em função da ambição humana, marcas que na atualidade são percebidas por meio da discriminação e do racismo.

CONCLUSÃO

Este artigo explora a obra *Úrsula* (1859) a partir de uma perspectiva crítica e decolonial, voltado para a descolonização da nossa própria memória referente ao Brasil. Ao longo do estudo, identificamos que a narrativa transcende as fronteiras do espaço e tempo, resgatando o que foi silenciado e confrontando o nosso olhar histórico, que por tanto tempo ignorou as vozes dos sujeitos escravizados. Ao dar protagonismo a essas memórias, Maria Firmina dos Reis nos convida a entender que a colonização, a identidade e a resistência são fundamentais para compreendermos a nossa própria história.

Observamos que Maria Firmina dos Reis, utiliza a figura dos personagens escravizados, como uma metáfora poderosa, destacando não apenas as dimensões individuais de suas memórias, mas também a coletividade e ancestralidade negra compartilhada por aqueles que vivenciaram o legado da colonização. A obra revela-se como um instrumento crucial para desenterrar e desafiar narrativas hegemônicas, promovendo um diálogo intercultural que confronta estereótipos eurocêntricos e desvela as complexidades das experiências humanas em contextos coloniais.

Ao analisarmos as estratégias narrativas, percebemos uma habilidosa mescla de elementos literários, históricos e culturais, convergindo para uma abordagem multifacetada da descolonização de memórias. A autora adota uma postura reflexiva, incitando os leitores a repensarem não apenas o passado, mas também as implicações contemporâneas das narrativas coloniais. Além disso, a pesquisa ressalta a importância da literatura afro-brasileira, destacando como sua abordagem inovadora pode contribuir para a construção de pontes entre diferentes pensamentos e perspectivas.

Assim, a memória e as vivências negras em *Úrsula* não são apenas elementos discursivos, mas instrumentos de leitura que nos permitem estabelecer um olhar crítico da nossa história nacional. Portanto, *Úrsula* (1859) se configura como um chamado, que ao recuperar o que foi silenciado, encoraja a população negra a reconstruir suas próprias compreensões a respeito da identidade e pertencimento. Dessa forma, Maria Firmina nos oferece não apenas um resgate histórico, mas uma possibilidade real de curarmos a nossa memória coletiva e construirmos novas perspectivas para o futuro.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Elizabeth de Sousa; PEREIRA, Francinete Poncadilha. Cotidiano e resistência de mulheres escravizadas no Maranhão oitocentista. In: ABRANTES, Elizabeth de Sousa;

- BARROSO JUNIOR, Reinaldo dos Santos (org.). **O Maranhão e a escravidão moderna**. São Luís: Eduema, 2016. p. 13–29.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89–117, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 jan. 2024.
- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARDINI, Franco. **A memória coletiva no pensamento de M. Halbwachs**. Conferência proferida no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo em 10 de novembro de 1993.
- COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.
- LEITE, Fábio Rubens da Rocha. **A questão ancestral: África negra**. São Paulo: Palas Athena: Casa das Áfricas, 2008.
- MARTINS, Leda Maria. **Afrografias das memórias: o reinado do Rosário no Jatobá**. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997. (coleção Perspectiva).
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Paris: Éditions La Découverte, 2018.
- MENDES, Algemira de Macêdo. **A escrita de Maria Firmina dos Reis na literatura afrodescendente brasileira: revisitando o cânone**. São Paulo: Chiado Editora, 2016.
- MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Colección Sur Sur).
- MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 62, p. 20–31, 2015. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i62p20-31>.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma pioneira: Maria Firmina dos Reis. In: DUARTE, C. L. *et al.* (org.). **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: Malê, 2018. p. 21–35.
- PEREIRA, Josenildo de Jesus. **Na fronteira do cárcere e paraíso: um estudo sobre as práticas de resistências escravas no Maranhão oitocentista**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder y Clasificación Social. **Journal of World-Systems Research**, Rochester, v. 11, n. 2, p. 342–386, 2000. DOI: <https://doi.org/10.5195/jwsr.2000.228>.
- REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2018.
- REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula: romance original brasileiro**. São Luís: Tipografia do Progresso, 1859.

RIBEIRO, Sálua Francinele. **Por uma literatura afro-brasileira: memória, subjetividade, afetividade e maternidade na obra de Maria Firmina dos Reis.** 2022. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023. DOI: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2023.8033>.

RECEBIDO EM: 08/02/2025 | ACEITO EM: 01/12/2025